

O discurso desnecessário e a ameaça dos emboabas

O discurso do presidente Sarney anunciando oficialmente aos brasileiros e aos credores internacionais a suspensão do pagamento dos compromissos da dívida externa, até que se consiga acertar novas condições compatíveis com a realidade financeira do Brasil, é uma peça que demonstra mais uma vez — o que, aliás, era inteiramente desnecessário — a nossa renitente imaturidade política.

Desde que os grandes bancos internacionais se vieram abarrotados com capitais ociosos produzidos pela absurda alta dos preços do petróleo irresponsavelmente imposta pela Opep no início da década dos setenta, e passaram, não menos irresponsavelmente, a oferecer empréstimos mirabolantes a todo e qualquer país deste planeta sem cogitar de avaliar o grau de confiança que seus governos podiam merecer, criou-se no mundo esse problema crucial dos países devedores, que, quase sem exceções, por razões diversas mas quase sempre originadas na incompetência e na corrupção de seus próprios dirigentes, vão-se afundando cada vez mais no atoleiro de um endividamento progressivo na medida em que as sucessivas inadimplências são contornadas com o fornecimento do famoso dinheiro novo, que nada mais é do que o aumento do principal da dívida para que o endividado possa continuar pagando juros, evidentemente, em volume cada vez maior. E, mal comparando, o que acontece nos cassinos, onde a banca jamais perde e os jogadores vão comprando novos cacifes, na medida em que têm crédito, sem pensar em como, no final, arranjaram o numerário para pagar a sua dívida final. Também no plano das finanças internacionais, como nos cassinos, o jogo não acaba. O que acaba é o dinheiro.

O que aconteceu com o Brasil agora, pela segunda vez em cinco anos, não significa uma revolução no plano das relações entre devedores e credores. E, apenas, o pedido de novo cacife com uma pequena novidade: desta vez o pedido vem antes de se acabar totalmente o último cacife comprado.

Tornou-se um acontecimento corriqueiro no cenário financeiro mundial nos últimos anos. Além do fato de o cacife anterior ainda não ter sido inteiramente perdido, o que distingue esta nossa inadimplência de outras, como a do México no começo da década — que foi chamada erradamente de moratória —, como a nossa primeira em 1982 e, mais recentemente, a do Chile, a do Equador e a das Filipinas, é exatamente o discurso do presidente Sarney. Efetivamente, não nos consta que nenhum presidente dos países citados — nem o do Brasil em 1982 — tenha pronunciado discursos solenes nos momentos em que seus países se viram na mesma situação em que o Brasil se encontra hoje. Nem por isso, diga-se de passagem, deixaram de negociar suas dívidas em condições que julgaram satisfatórias, sendo que até aqui o que se sabe sobre as pretensões do governo brasileiro mostra que o que se visa é algo parecido com o que o México obteve na última renegociação.

Tudo, até prova em contrário, vai girar em torno de spreads, de prolongamentos de prazo e de acordos sobre renovação dos vencimentos dos próximos anos.

Aquilo que seria realmente novo e altamente positivo, ou seja, começar a reduzir o principal graças a um enriquecimento que só poderia ser o resultado de maciços investimentos de capitais de risco, estrangeiros na sua maioria, continua relegado a segundo plano, mesmo por parte do discurso demagógico do presidente Sarney e todo o resto que o precedeu, só fará que, a prazo médio, se acentue perigosamente a fuga dos capitais estrangeiros deste país.

Mas por que os presidentes dos outros países que se viram na mesma situação do Brasil hoje não agiram como o nosso?

É que em nenhum desses países o presidente se encontrava, no momento da quebra-deira, na dramática situação em que se encontra, neste momento, o presidente Sarney.

Para ele, depois do malfadado anticlímax do Plano Cruzado, que coincidiu com a instalação da Assembléia Constituinte, onde se assanham cada vez mais as ambições que só serão saciadas com o encurtamento do seu mandato, transformar a oficialização de uma situação de fato — a absoluta falta de meios para saldar os compromissos financeiros — numa opção heróica de enfrentar inimigos arquipoderosos que se não forem derrotados condenarão o Brasil a não ultrapassar jamais o seu atual estágio de desenvolvimento, é uma questão de vida ou de morte.

Pode-se, portanto, compreender — embora sem aprovar — o tom infantilmente demagógico do seu discurso de sexta-feira, eivado de inverdades, todo ele destinado a empulhar o público interno, uma vez que, apesar de todas as demonstrações de incompetência que já deram, não se poderia admitir que nossas autoridades econômicas acreditem que uma peça oratória como essa poderia de alguma forma minar as resistências do inimigo.

Esse — o credor externo —, como qualquer brasileiro informado sobre a realidade das relações financeiras internacionais, conhece perfeitamente o equilíbrio de poder, ou seja, a força real de barganha, os trunfos de que dispõem as duas partes envolvidas.

Sabem todos, inclusive os responsáveis pela instalação da anarquia na economia e nas finanças nacionais, que, apesar de tudo, nossos trunfos são enormes, exatamente proporcionais à enormidade da nossa dívida, ou seja, aos estragos que provocaria no sistema financeiro internacional um até aqui impensável rompimento definitivo do Brasil com esse sistema.

Quando falamos em rompimento definitivo estamos, evidentemente, pensando na hipótese para nós inadmissível de uma vitória final do ponto de vista dos Lula da Silva e de alguns daqueles e daquelas que viveram exilados no Chile de Allende: a queda do Brasil na órbita do império totalitário. Nossos credores sabem que se usassem plenamente os poderosos trunfos que também possuem, esse seria o preço que custaria ao Brasil a demagogia populista de Sarney. Certamente são suficientemente responsáveis para não fazerem isso a não ser em desespero de causa.

Em outras palavras: o equilíbrio de forças entre o Brasil devedor e o credor estrangeiro é tão evidente que pode ser comparado, em termos de garantia de uma solução equitativa, com o chamado equilíbrio do terror, no plano do conflito permanente entre as duas superpotências nucleares que impede o choque frontal entre elas porque as duas estão conscientes de que nenhuma sobreviveria a uma guerra nuclear.

Tudo isso significa que era absolutamente desnecessário o discurso presidencial, naquele tom infantilmente demagógico, com mais toda a encenação de um precedeu, com reunião do Conselho de Segurança etc., etc. e tal, se o que se visasse fosse realmente apenas fortalecer nossa posição na mesa de negociações.

Desculpe-nos o presidente Sarney, mas não é verdade que "o Brasil (o governo brasileiro) não deseja enganar ninguém". O governo brasileiro não pretende enganar o credor externo, mesmo porque está farto de saber que não tem como enganá-lo, uma vez que o credor externo, como dizíamos, tem plena consciência da força específica de um devedor inadimplente de mais de 100 bilhões de dólares em qualquer mesa de negociações. Mas o presidente Sarney — não o Brasil — precisava enganar outra vez o povo brasileiro, como fez até o dia 15 de novembro próximo passado, porque acredita que só assim — inventando um inimigo externo — poderá recuperar parte do prestígio que perdeu quando o primeiro engano foi descoberto, a fim de poder enfrentar com algumas chances de êxito as forças dos emboabas que

não têm paciência para esperar mais quatro, mais três ou até — quem sabe? — mais dois anos.

Que nos desculpe o presidente Sarney, mas não houve decisão alguma, muito menos corajosa, porque não havia opção alternativa e porque não há o que possa meter-lhe medo lá fora. Todos os fantasmas que o assombram são genuinamente nacionais...

A circunstância de termos suspenso os pagamentos com 3 bilhões e 962 mil milhões de dólares de reservas, ainda, não prova nada, a não ser uma mudança de tática, diga-se de passagem, que nos parece oportuna. Não foi o próprio governo que estipulou, nessa mudança, em 4 bilhões a marca da inadimplência, particularmente, desde que o desastre do Plano Cruzado congelou também — queira Deus que por pouco tempo — o nosso superávit comercial? Além do mais, se não se trata de uma situação de fato, por que só agora e não quando tínhamos 7 bilhões como reservas cambiais?

De qualquer forma não adianta discutir sobre o que já está consumado. Vamos em frente e desde já tranquilizando o presidente Sarney, que parece esquecido de que não é mais o líder do partido da ditadura militar mas sim o primeiro presidente da Nova República.

Nenhum brasileiro praticará qualquer ato de traição para enfraquecer nossa posição na mesa das negociações. Todos estaremos apoiando o governo nesse transe, embora reservando-nos o direito de criticar e até de xingar, da mesma forma que qualquer torcedor do São Paulo Futebol Clube tem o direito de xingar o Careca quando ele perde um gol feito na decisão do campeonato, sem por isso se tornar suspeito de ser um corintiano infiltrado na torcida tricolor. Vamos incentivar nosso time, numa grande corrente para a frente, para que possa atuar de acordo com suas enormes potencialidades, sem que os interesses políticos dos cartolas o prejudiquem, mesmo porque ninguém desconhece que o que está em jogo não são apenas alguns bilhões de dólares a mais ou a menos mas também o nosso destino político.

Quem parece não estar muito consciente dos riscos envolvidos nesta parada é o nosso simpático poeta maranhense.

Porque, se o presidente tivesse como primeira preocupação não fortalecer a sua posição política em frente dos presidentáveis, particularmente aqueles velhos de mais para terem a paciência de esperar o fim do mandato de seis anos, mas sim fortalecer realmente a já naturalmente forte posição dos nossos negociadores, ele já deveria há muito tempo ter demitido a equipe da área econômica que nos levou ao desastre, do qual a inadimplência é apenas um pormenor.

Isso sim fortaleceria decisivamente a nossa posição.

Ou o presidente acha, honestamente, que o homem ideal para defender nossos interesses diante dos nossos credores é o ministro Dilson Funaro, que até alguns meses atrás passeava sua arrogância nos círculos financeiros internacionais como autor do mais impressionante milagre econômico dos tempos modernos, que se traduziu na fórmula Suipão — sair de uma inflação de quase 300% e de uma quase recessão, em dois ou três meses, para uma inflação suíça e um ritmo de desenvolvimento japonês, e que, agora, projeta lá fora a mesma imagem de derrotado, ou de responsável pela derrota que projeta aqui dentro?

Em primeiro lugar, se é verdade que não se mexe em terra quando o time está sendo massacrado.

Em segundo lugar é até um dever de amizade poupar ao ministro aquilo que será certamente uma dura provação.

Esteja tranquilo, presidente Sarney. Nenhum brasileiro, que não faça parte do governo, vai cometer qualquer ato de traição, em primeiro lugar porque para trair é preciso, para começo de conversa, estar do mesmo lado. Ou fingir que está.

Mas há muitos brasileiros responsáveis, patriotas sinceros que, assustados com a anarquia instalada no nosso sistema econômico-financeiro, não acreditam ou não podem admitir que um desastre dessas proporções seja o resultado apenas da incompetência aliada à irresponsabilidade política. Esses, sim, com boas razões, acreditam em traição, em sabotagem, não de brasileiros, mas dos emboabas, ou melhor, da emboaba e dos seus fiéis discípulos que ainda permanecem no governo.

Porque, para esses brasileiros, parece traição viver proclamando que sem o regime da economia de mercado não há liberdade, que onde a iniciativa privada desaparece surge o regime totalitário e, diariamente, adotar medidas que liquidam com o mercado acompanhadas de acusações irresponsáveis e infantis contra os empresários particulares.

Parece pelo menos esquisito ver um ministro que não pára de errar tornar-se cada vez mais poderoso, a ponto de já estar sugerindo que se acabe com o outro ministério da área econômica para reunir ainda mais poderes do que os de que já dispõe.

Há muitos brasileiros que desconfiam, porque não acreditam que o presidente Sarney faça tudo isso deliberadamente e que tudo isso acontece porque, se ele não tem nada a temer no plano externo, no plano interno ele teme até se valer da prerrogativa de mudar ministros, porque não sabe se teria forças para nomear os novos.

Não, presidente Sarney. Não há o que temer no plano externo, a não ser algum desatino de nossos negociadores, que o senhor certamente cuidará de prevenir.

Nossos credores estão mais assustados que todos os brasileiros (com o desastre do cruzado) ante a possibilidade de o Brasil utilizar toda a força natural que possui para desestabilizar o sistema financeiro internacional, ainda que ao preço de um suicídio político (da Nova República).

Nada há a temer desde que a afirmação de que "a opção não é uma atitude de confronto" seja para valer.

A situação interna é que nos enche de temor. O que preocupa todos os brasileiros, o que todos temem, é que essa Carta de Intenções (sem FMI, é claro) que o presidente apresentou aos nossos credores em seu discurso valha tanto como as outras, endereçadas ao FMI, ou como os sucessivos juramentos deste governo que não foram cumpridos, e, porque não foram, chegamos onde estamos: na inflação galopante — que não é, presidente, de 60% ao ano como o senhor tenta impingir aos incautos, mas de quase 20% ao mês — e com a recessão batendo nas nossas portas, ainda que o presidente continue negando a presença de ambas. Desculpe-nos mais uma vez, o presidente Sarney, mas continuamos duvidando de que o governo dê a sua contribuição, porque, no plano interno o presidente Sarney tem medo até da própria sombra.

Não obstante, ficamos esperando ansiosamente que o governo nos desminta com fatos concretos. E que, além de começar a governar-se a si próprio, comece, imediatamente, a des governar a nossa economia, para que, libertadas todas as suas enormes potencialidades, ela contribua com o essencial para que o malfeito até agora seja rapidamente reparado e o Brasil reencete sua marcha rumo ao primeiro mundo. Porque sem isso, sem a contribuição decisiva do único setor da nossa economia — na indústria, na agropecuária, no comércio — que produz riquezas neste país — o setor privado — nem interessa saber qual vai ser o resultado da jogada da dívida externa.

Mesmo porque, com ou sem FMI, é no que o governo vai fazer para arrumar a própria casa que os nossos credores estão de olho.